CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 237/2016

AUTOR: Moises Rocha

EMENTA: "Renova de Utilidade Pública Municipal da Associação dos Moradores de Itapuã".

RELATOR: Leo Prates

PARECER

A proposição em comento tem o escopo de **CONSIDERAR** a Utilidade Pública Municipal da Associação dos Moradores de Itapuã. O proponente justifica a proposição em face da necessidade da consideração da Utilidade Pública Municipal da referida entidade para continuidade das suas atividades estatutárias e apresenta no processo documentos comprobatórios da exigência contida em legislação especifica.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos foram apresentadas para exame, nos termos do art. 69, inciso II do Regimento Interno aprovado pela Resolução 2.456/15.

Encontra-se apensado ao Projeto cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro, e gratuidade das funções de seus dirigentes.

A proposição em exame encontra-se em conformidade com o texto da Constituição Federal (art.30, inciso I), atende aos requisitos determinados na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, Lei Orgânica Municipal (artigos 44 e 46), Regimento Interno (artigos 12, inciso III e 172) desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/98), porém o **título de utilidade pública é, em verdade, "Consideração",** visto que este foi concedido antes da vigência da Lei 5.391/98.

Diante do acima exposto, opinamos **PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 237/2016,** com a seguinte **Emenda:.**

EMENDA Nº 1
A Ementa do Projeto de Lei nº 237/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Considera*** *de utilidade pública municipal a* Associação dos Moradores de Itapuã"

É o Parecer.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2016.

Vereador Leo Prates
Relator

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Alfredo Mangueira

Geraldo Júnior

Waldir Pires

Suíca

Heber Santana

Everaldo Augusto